

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.612 - RN (2018/0309851-8)**

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : R DO C B  
**ADVOGADO** : RAVARDIERISON CARDOSO DE NORONHA E OUTRO(S) - RN010175  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por R DO C B contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte no julgamento do HC n. 0805783-78.2018.820.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável). A exordial acusatória foi recebida pelo magistrado de primeiro grau.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS COM LIMINAR. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRETENSO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DA AÇÃO PENAL. NÃO ACOLHIMENTO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER CAUSA DE REJEIÇÃO DA DENÚNCIA PREVISTA NO ART. 395 DO CPP. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DO CRIME. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. CONHECIMENTO E DENEGAÇÃO DA ORDEM QUE SE IMPÕE (fl. 146).*

No presente recurso, alega que a denúncia está fundada exclusivamente em depoimento vago apresentado pela suposta vítima, inexistindo qualquer outro elemento de prova que sustente a versão narrada pela inaugural acusatória, a qual considera inepta.

Sustenta que a decisão que manteve o recebimento da denúncia carece de fundamentação idônea, uma vez que considera suficiente a declaração da vítima para dar prosseguimento à ação penal.

Assevera inexistir justa causa para a propositura da ação penal, porquanto a prova de materialidade e os indícios de autoria estão restritos à declaração oferecida pela vítima.

Requer, assim, em liminar, o sobrestamento da Ação Penal n. 0100065-96.2018.820.0112 e, no mérito, o seu trancamento.

Liminar indeferida às fls. 196/197.

Informações prestadas às fls. 203/208 e 210/220.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovemento do recurso, conforme parecer de fls. 224/233.

É o relatório.

A denúncia imputou ao paciente o crime de estupro de vulnerável mediante os seguintes termos:

*Na data provável de 10 de julho de 2012, por volta das 09:00h, na omissis, o denunciado omissis teve conjunção carnal e praticou outros atos libidinosos com a menor de 14 anos, à época dos fatos, omissis, que contava com apenas 12 (doze) anos de idade.*

*Consta do caderno processual em epígrafe que, nas circunstâncias de tempo e local acima delineados, a vítima omissis era aluna do denunciado, que ministrava aulas de reforço escolar à vítima, ocasião em que esta frequentava diariamente o local de moradia do denunciado para assistir as aulas, cujo horário era das 09h as 10h.*

*No entanto, no dia dos fatos, a vítima chegou normalmente para assistir sua aula, oportunidade em que o denunciado trancou a porta e passou a apresentar um comportamento estranho, fazendo massagens em seus ombros e descendo para outras partes do corpo.*

*A vítima, assustada, pediu que o denunciado parasse com aquilo, mas ele apenas mandava esta se concentrar nos estudos. Ato contínuo, o denunciado baixou suas vestes e obrigou a vítima a praticar sexo oral nele, se valendo de sua autoridade como professor.*

*Não satisfeito, o denunciado consumou a conjunção carnal e ainda ejaculou no rosto da vítima.*

*Tudo foi narrado em detalhes pela própria vítima, em audiência realizada no âmbito deste Órgão Ministerial, conforme transcrição dos trechos mais importantes que segue abaixo:*

*"(...)que tudo começou quando o comportamento do professor mudou; que ele iniciou querendo fazer massagens em seus ombros: que nas massagens ele começou a descer para outras partes do corpo, que certo dia, quando estavam sozinhos, o acusado fechou um portão e chegou perto dela alisando; que começou a ficar*

nervosa; que pedia pra ele parar e ele mandava se concentrar no assunto; que ele desceu a calça e a fez fazer sexo oral nele; que ele não proferiu ameaças, mas que sentia muito medo; que eles não conversavam nenhum assunto relacionado a atos sexuais, que houve penetração e o acusado chegou a ejacular no seu rosto: que não contou aos pais pois tinha medo da reação deles; que os fatos ocorreram na véspera de seu aniversário(...)"

*Consta nos autos, ainda, uma carta escrita pela própria vítima, narrando todo sofrimento vivenciado, bem como estudo psicossocial realizado, uma vez que a própria vítima afirma ter sofrido severos abalos psicológicos em decorrência da violência praticada (fls. 04/05 e 10/14).*

*A autoria e materialidade delitiva estão sobejamente comprovadas, tendo em vista o depoimento da vítima, das testemunhas e o relatório psicossocial acostado aos autos (fls. 79/82).*

O Tribunal de origem, por sua vez, reconheceu a suficiência da descrição da conduta do paciente e a impossibilidade de revisão fático-probatória, nos seguintes termos:

*No caso, pretende o impetrante o verdadeiro revolvimento fático-processual das provas constantes da instaurada em primeiro grau, com vista a possibilitar uma absolvição persecutio criminis sumária do paciente. Entretanto, existe justa causa para o recebimento da ação contra o paciente, haja vista que a conduta delituosa apurada está relacionada diretamente aos elementos de informação colhidos durante a fase investigatória, conforme destacou a autoridade coatora nas informações prestadas, ID 2062742.*

*Analizando todo acervo probatório coligido, concluo estarem satisfeitos os requisitos exigidos pelo artigo 41 do CPP, existindo elementos de informação que autorizam a instauração do processo criminal, onde somente ao seu fim, depois de toda a instrução processual correspondente poderá se proferir um juízo absolutório ou condenatório, não se podendo neste momento processual e com as provas que instruem este, se aferir a responsabilidade penal do paciente, seja positiva ou negativa, o que writ somente se dará, como já dito, após a instrução processual pertinente.*

*Ademais, conforme informações prestadas pela Autoridade Coatora, ID 2062742, o processo encontra-se aguardando pauta de audiências, ocasião em que se possibilitará o conhecimento dos elementos concretos e das demais circunstâncias que permeiam o caso concreto, bem como a realização do estudo psicossocial do caso (fls. 149).*

O decidido pelo Tribunal a quo, no acórdão impugnado, não divergiu da

jurisprudência desta Corte, no sentido de que somente é possível o trancamento de ação penal por meio de *habeas corpus* de maneira excepcional, quando de plano, sem a necessidade de análise fático-probatória, se verifique a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas da materialidade ou de indícios da autoria ou, ainda, a ocorrência de alguma causa extintiva da punibilidade. Tal não ocorre no presente caso.

Acolher a tese de atipicidade da conduta que leva à inépcia da denúncia, sustentada pelo impetrante, demanda, necessariamente, a análise aprofundada de todos os elementos de prova, procedimento que não se mostra possível pela via estreita do *habeas corpus*.

*In casu*, revelam-se pormenorizadamente descritos, à luz do que exige o art. 41 do Código de Processo Penal - CPP, os fatos que, em tese, configurariam a prática, pelo recorrente, dos elementos do tipo previsto no rt. 217-A do CP: prática de ato libidinoso com vítima menor de 14 anos. A denúncia descreve de forma clara e individualizada as condutas imputadas ao recorrente e em que extensão elas, em tese, constituem o crime de cuja prática é acusado, autorizando o pleno exercício do direito de defesa e demonstrando a justa causa para a deflagração da ação penal.

Compulsando-se os autos, verifica-se que fatos supostamente ocorreram seis anos antes da denúncia, tendo sido à época levado a conhecimento dos pais da vítima e do Conselho Tutelar, mas não à polícia e ao Ministério Público. A autoridade policial somente foi procurada após todo esse tempo pelos pais da vítima quando esta tentou contra sua própria vida, deixando uma carta em que narrava os tormentos revividos por conta do abuso anteriormente sofrido.

Destaque-se que, tratando-se de crime contra a liberdade sexual praticado contra criança, via de regra, são perpetrados na clandestinidade, sem testemunhas, e a prova pericial nem sempre se mostra conclusiva quanto à autoria delitiva.

Por esses motivos, a palavra da vítima, quando firme, coerente e corroborada pelas demais evidências dos autos, adquire especial valor probatório.

Nesse sentido:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.  
ESTUPRO DE VULNERÁVEL. FALTA DE JUSTA CAUSA.  
NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA INADEQUADA.  
ACÓRDÃO OBJURGADO EM CONSONÂNCIA COM A  
JURISPRUDÊNCIA DESTE SODALÍCIO. INSURGÊNCIA*

DESPROVIDA.

1. Em sede de habeas corpus somente deve ser obstada a ação penal se restar demonstrada, de forma indubitável, a atipicidade da conduta, a ocorrência de circunstância extintiva da punibilidade e a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

2. Estando a decisão impugnada em total consonância com o entendimento jurisprudencial firmado por este Sodalício, não há que se falar em trancamento da ação penal, pois, de uma superficial análise dos elementos probatórios contidos no presente inconformismo, não se vislumbra estarem presentes quaisquer das hipóteses que autorizam a interrupção prematura da persecução criminal por esta via, já que a alegada ausência de provas de que o recorrente teria praticado os crimes descritos na denúncia demandaria profundo revolvimento do conjunto probatório.

3. Não há qualquer ilegalidade no fato de a acusação referente aos crimes contra a dignidade sexual estar lastreada no depoimento prestado pela ofendida em sede policial, já que tais ilícitos geralmente são praticados à clandestinidade, sem a presença de testemunhas, e muitas vezes sem deixar rastros materiais, motivo pelo qual a palavra da vítima possui especial relevância.

4. Ainda que a autoridade policial não tenha intimado para depor a tia da menor supostamente abusada, como indicado pelo réu, o certo é que tal fato não tem o condão de macular a ação penal, pois o órgão ministerial pode oferecer denúncia com base em quaisquer elementos de informação, sendo certo que eventuais vícios no curso do procedimento inquisitorial não contaminam o processo judicial, além do que a referida testemunha poderá ser ouvida no curso da instrução processual.

5. Recurso desprovido (RHC 67.435/PI, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 13/04/2016).

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO. (1) IMPETRAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPROPRIEDADE. (2) CONDENAÇÃO. UTILIZAÇÃO APENAS DE ELEMENTOS NÃO COLHIDOS SOB O PÁLIO DO CONTRADITÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA. MENÇÃO A OUTRAS PROVAS, JUDICIALIZADAS. (3) TRANCAMENTO. DEBATE ACERCA DE ELEMENTOS FÁTICOS. INVIABILIDADE. (4) REGIME INICIAL FECHADO. PENA AQUÉM DE QUATRO ANOS. ALUSÃO A UMA ÚNICA CIRCUNSTÂNCIA DESFAVORÁVEL. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PACIENTE PRIMÁRIO. ILEGALIDADE. RECONHECIMENTO.

1. No contexto de racionalização do emprego do habeas corpus, é imprópria a utilização da garantia constitucional como sucedâneo recursal.

2. Não corporifica ilegalidade a condenação que, além de mencionar elementos colhidos em procedimento da Corregedoria da Polícia Civil, ainda se lastreia em provas judicializadas: insegurança da

*versão do réu, no interrogatório judicial, e a firmeza da palavra da vítima, colhida sob o pálio do contraditório. Ademais, considerações outras acerca dos demais dados da instrução que foram incluídos nos autos, como o teor de mensagens trocadas pela vítima ou as comunidades em redes sociais, extravasam os limites de cognição do writ.*

*Igualmente, inviável é instalar-se, na via heroica, o debate acerca da seguinte passagem da impetração, a fim de ensejar o trancamento da ação penal: "para que seja efetivamente considerado o dissenso, temos de discernir quando a recusa da vítima ao ato sexual importa em manifestação autêntica de sua vontade, de quando, momentaneamente, faz parte do 'jogo de sedução', pois que, muitas vezes, o não deve ser entendido como 'sim'" (fl. 7).*

*3. A fixação do regime inicial de cumprimento deve ser concretamente fundamentada. Com a pena-base fixada no mínimo legal, sendo o paciente primário, remanescendo a reprimenda final aquém de quatro de reclusão, à luz do princípio (ou, regra, como querem alguns) da proporcionalidade, e em atenção ao artigo 33 do Código Penal e ao artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição da República, o regime inicial semiaberto é o que melhor se amolda à espécie.*

*4. Ordem não conhecida, expedido habeas corpus de ofício para modificar o regime inicial de cumprimento de pena para o semiaberto (HC 292.756/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 17/12/2014).*

Ausente, portanto, qualquer constrangimento que justifique a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator